

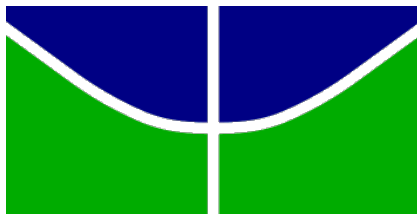
Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Departamento de Jornalismo

## **A autocensura jornalística motivada por fontes na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff**

*Um experimento de lista*

Jamile Calil Racanicci

Brasília, novembro de 2016



Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Departamento de Jornalismo

## **A autocensura jornalística motivada por fontes na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff**

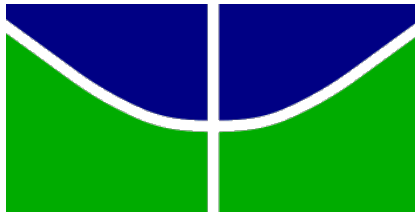
*Um experimento de lista*

Jamile Calil Racanicci

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Wladimir Gramacho

Brasília, novembro de 2016



Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Departamento de Jornalismo  
Trabalho de conclusão de curso

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Wladimir Gramacho (Orientador)

---

Prof. Dr. Mathieu Turgeon

---

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá

---

Prof. Dr. David Renault (Suplente)

Brasília, novembro de 2016

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Aline e Osvaldo. Obrigada por sempre me incentivar a mirar mais alto e por me acolher nos momentos difíceis. À minha família de Piracicaba, Catanduva e São José do Rio Preto, por me fazer sentir em casa assim que ouço o R puxado e o sorriso na voz.

Ao meu orientador, o prof. Dr. Wladimir Gramacho, pelo desafio de sair da zona de conforto e ambicionar uma contribuição inovadora à ciência. Novamente à minha mãe, também professora da Universidade de Brasília, pela herança de curiosidade e vontade de aprender.

Aos meus amigos, por me convencer da minha capacidade em cada passo do caminho. Em especial ao Pedro Faber, pelas muitas horas de estudo de estatística; à Bruna Furlani, pelo companheirismo nas bibliotecas e nas crises típicas dos formandos; à Thaísa Oliveira e à Isabela Bonfim, pela ajuda com os questionários e o interesse por conhecer os resultados; e à Mariana Mathias e à Juliana Perissê, por quebrar incontáveis galhos e pela assistência 24h.

Aos editores de política dos jornais consultados e aos jornalistas que participaram da pesquisa, especialmente aos colegas da empresa em que faço estágio, pelo voto de confiança e por compartilharem comigo a vontade de estudar nossa profissão.

Finalmente, aos demais formandos de Comunicação Social do segundo semestre de 2016, pelo mútuo apoio desde questões administrativas a existenciais.

*“A liberdade de imprensa funciona de tal  
forma que ninguém está muito livre dela”*

*Grace Kelly*

## **Resumo**

Esta monografia descreve os resultados de um experimento de listas a respeito de autocensura jornalística motivada por fontes políticas no contexto da cobertura do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Realizada com 82 jornalistas da editoria de política sediados em Brasília, de veículos impressos, de rádio, televisão e internet, a pesquisa mostrou indícios de que cerca de 25% da amostra omitiu informações ao elaborar notícias sobre o impedimento. Observou-se coincidência de 90% entre os respondentes que admitiram a autocensura em condições de privacidade (na questão de listas) e em questão aberta, explícita. Isso sugere que a autocensura por pressão das fontes não é um assunto sensível no jornalismo. Ao analisar a amostra que admitiu a autocensura, percebeu-se que ela é mais jovem e, possivelmente, menos experiente que os demais. Assim, conclui-se que repórteres mais novos tendem a ser mais vulneráveis a pressões de fontes que repórteres mais velhos e experientes.

**Palavras-chave:** autocensura, experimento de listas, jornalismo político, impeachment, relação jornalista-fonte

## **Abstract**

This article presents a list experiment's results concerning journalistic self-censorship motivated by political sources during ex-president Dilma Rousseff's impeachment news coverage. Eighty-two Brasília-based political journalists from all sorts of media (newspapers, radio, television and internet) were interviewed for this research, which suggests that about 25% of the sample have omitted information when producing news about the political episode in question. The study observed a 90% coincidence between respondents who have admitted to self-censor in private (in the question with the list of sentences) and those who did so in the open, explicit question. This argues that self-censorship motivated by source's pressure is not a sensitive subject in journalism. Examining the sample of professionals who admitted to self-censor, the data shows they are younger and possibly less experienced. Thus, the results point out that younger and less experienced reporters tend to be more vulnerable to sources pressure than older and more experienced reporters.

**Keywords:** self-censorship, list experiment, political journalism, impeachment, journalist-source relation

## **Lista de tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Questionários respondidos por veículo.....	27
<b>Tabela 2</b> - Relação de variáveis testadas.....	28
<b>Tabela 3</b> - Média de autocensura em relação a fontes – amostras tratada e controle .....	29
<b>Tabela 4</b> - Frequências de resposta à questão de listas .....	30
<b>Tabela 5</b> - Respostas à questão explícita.....	31
<b>Tabela 6</b> - Média de resposta ao item sensível entre os que assumiram ter se censurado .....	32
<b>Tabela 7</b> - Média de resposta do item sensível entre os que negaram ter se censurado .....	32
<b>Tabela 8</b> - Frequências de respostas para a variável idade entre grupo que admitiu ter se censurado e grupo que negou tê-lo feito .....	33
<b>Tabela 9</b> - Resumo das diferenças entre os grupos controle e tratado / que admitiram e negaram autocensura durante a cobertura do impeachment .....	35



## Índice

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>13</b>
2.1. REVISÃO TEÓRICA.....	13
2.2. OBJETIVO DA PESQUISA E HIPÓTESES DE TRABALHO .....	20
2.3. METODOLOGIA .....	22
2.4. ANÁLISE DE RESULTADOS .....	28
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>39</b>
<b>5. APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>
5.1. QUESTIONÁRIO.....	42
5.2. FREQUÊNCIAS DE RESPOSTAS PARA CADA PERGUNTA, DIVIDIDA POR AMOSTRA: CONTROLE E TRATADA .....	44
5.3. FREQUÊNCIAS DE RESPOSTAS PARA CADA PERGUNTA, DIVIDIDA ENTRE OS QUE ASSUMIRAM A AUTOCENSURA E OS QUE A NEGARAM: .....	51

## 1. INTRODUÇÃO

Uma intensa polarização de opiniões políticas dividiu o Brasil ao longo das eleições de 2014, acirramento que prosseguiu durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Duas narrativas principais concorriam pela adesão dos brasileiros: uma, relacionada a partidos de direita, pregava que a ex-presidente havia cometido crime de responsabilidade fiscal, o que legitimaria o procedimento jurídico e político de impedimento; outra, relacionada a partidos de esquerda, sustentava que Rousseff era inocente e o processo não passaria de uma fachada legal para colocar em curso um golpe de estado, a fim de tornar o vice-presidente Michel Temer o novo chefe do Executivo e, após outras substituições de autoridades, frear as investigações da operação Lava-Jato.

Inspirada por esse contexto de polarização das opiniões em torno do julgamento, a presente pesquisa visa descrever a percepção dos jornalistas sobre sua liberdade profissional durante a cobertura do processo de impeachment. Mais especificamente, procura compreender se os jornalistas se autocensuraram para evitar críticas dos políticos divididos entre esses dois campos, comprometendo seu dever de informar.

A pesquisa não se interessa em julgar a qualidade do trabalho dos jornalistas, tampouco de vinculá-lo a qualquer das duas narrativas descritas. Em vez disso, a pesquisa se debruça sobre a relação repórter-fonte e possíveis constrangimentos a que jornalistas podem ter se sentido expostos em contexto de tamanha polarização política.

Embora o Brasil seja governado por um regime democrático desde a derrocada da ditadura militar, nos anos 80, os jornalistas que trabalham no país ainda podem estar sujeitos a mecanismos de autocensura. Apesar de estar presente em regimes autoritários, a autocensura pode ocorrer mesmo em países democráticos. Embora tenha se democratizado no início do século XX e constitua uma das mais antigas democracias do mundo (Knudsen, 2003), a Dinamarca tem sido palco de autocensura jornalística desde 2005 devido a conflitos entre veículos de imprensa e a comunidade islâmica na Europa e no Oriente Médio, originados por uma série de caricaturas sobre o profeta Maomé publicadas pelo jornal *Jyllands-Posten* (COOK & HEILMANN, 2013).

Em 2015, a imprensa francesa também foi alvo de retaliações. Homens armados promoveram um atentado terrorista em Paris e mataram 12 profissionais da revista *Charlie Hebdo*. O ataque ocorreu após a publicação de um romance que retratava uma França ficcional em 2022, sob domínio islâmico. A obra foi descrita como “islamofóbica” por críticos.

A reação da revista ao atentado foi publicar três milhões de cópias com o profeta Maomé na capa, segurando uma placa com os dizeres “*Je suis Charlie*” (eu sou *Charlie*), dando início a um movimento de mesmo nome pela liberdade de expressão.

Nos países europeus envolvidos nesse conflito de interesses, não se pode observar um mecanismo de institucionalização da censura midiática por parte de autoridades. Porém, o medo de retaliação dos radicais muçulmanos pode ter causado a prática de autocensura nos veículos de imprensa envolvidos, e esta dinâmica inspirou um debate na União Europeia sobre a extensão da liberdade de expressão em um contexto de ameaças terroristas e o conflito com o respeito às religiões.

No Brasil contemporâneo, não há evidência de ameaça terrorista contra jornalistas que cobrem política em Brasília. Entretanto, é possível que o acirramento de opiniões, insuflado pelas duras narrativas das campanhas eleitorais de 2014, possa ter favorecido a prática da autocensura por parte dos jornalistas. Aqueles que trabalharam na cobertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff podem ter enfrentado dilemas na escolha e no tratamento de informações frente a pressões por parte de políticos, na condição de fontes. Enquanto uma parte deles argumentava pela acusação da presidente, a outra agia em sua defesa e os dois lados tinham interesses no tom da cobertura do impedimento.

O processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi concluído em 31 de agosto de 2016. Em sessão deliberativa extraordinária no Senado, os parlamentares decidiram, por 61 votos a 20, afastar Rousseff definitivamente do cargo. Dois extratos do debate naquele dia mostram o tom da divisão parlamentar e política dos partidários das duas visões em contraste.

Em defesa da presidente, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) declarou:

“Ficou muito claro que não há crime de responsabilidade da Presidenta Dilma, não há base para esse processo, e é por isso que nós classificamos o impeachment em curso como um golpe. O processo, é claro, segue um rito, inclusive supervisionado e estabelecido pela Suprema Corte, como reza a Constituição; contudo isso não legitima um processo quando nós não temos os elementos de mérito, ou seja, a comprovação de cometimento de crime de responsabilidade, para se apeiar do poder uma Presidenta eleita por mais de 54 milhões de votos” (BEZERRA, 2016).

Favorável à acusação de Rousseff, o senador Álvaro Dias (PV-PR) alegou:

“Vejo essa afronta à Constituição e uma afronta ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, em razão da assinatura de decretos não autorizados, como deveriam ser, pelo Poder Legislativo, como parte de uma estratégia de governo que inclui contabilidade criativa, mágica fiscal, manipulação de números para escamotear a realidade das finanças públicas do país, especialmente em um período de transição eleitoral” (DIAS, 2016).

Nesse contexto, o presente trabalho investigou a prática de autocensura por jornalistas que cobriram o processo de impeachment, com base num experimento de lista incluído em *survey* aplicado a jornalistas. Esta monografia está dividida em cinco seções. A primeira apresenta uma revisão teórica dos principais conceitos abordados no texto. A segunda descreve os objetivos da pesquisa e as hipóteses de trabalho. A terceira explica a metodologia do experimento de lista, cujos resultados são analisados na quarta. Finalmente, a última resume as principais conclusões da pesquisa e indica possíveis temas de pesquisas futuras na área.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. REVISÃO TEÓRICA

De acordo com Hayes et al (2005), a autocensura pode ser definida como a retenção da opinião verdadeira de uma pessoa frente a uma audiência percebida como discordante daquela ideia. O conceito se abriga sob a rubrica mais genérica de “inibição de expressão da opinião”, que seria a retenção do pensamento frente a determinado público por razões diversas, não necessariamente a percepção sobre o clima de concordância.

A estratégia de autocensura pode ser observada em veículos jornalísticos tanto em países governados por um regime autoritário, que institucionaliza a censura política, quanto em países democráticos, desprovidos de repressão institucionalizada à liberdade de imprensa.

O regime do general Suharto, na Indonésia, chamado Nova Ordem, durou de 1965 a 1998 com leis de censura que impuseram limitações à liberdade de imprensa (TAPSELL, 2012). O sindicato dos jornalistas sofreu uma reestruturação para atender a interesses estatais e veículos de esquerda foram banidos a partir de 1966. Autoridades e o próprio ditador encorajavam publicamente que os jornais se autocensurassem, dado que, via Ministério da Informação, o governo podia arbitrariamente bani-los se considerassem o conteúdo inapropriado, além de disciplinar jornalistas individualmente (TAPSELL, 2012).

Tais leis de censura tornaram as redações ambientes inseguros que causavam medo nos repórteres. Os jornalistas mais novos aprendiam com os mais antigos a se autodisciplinar, temendo retaliações, que iam desde a não publicação de suas matérias a demissões, sequestros e tortura. Assim, o controle da imprensa também se efetivava com base na capacidade de as autoridades manterem esse clima de incerteza dentro dos jornais (TAPSELL, 2012).

A correspondente do jornal *Australian* na Indonésia, Louise Williams, disse, em entrevista concedida a Tapsell (2012) em 2006, que: “A censura na Indonésia era a linha invisível. Você pode realmente superestimá-la ao ficar tão longe que você está perdendo certo espaço de liberdade, e você não compreende de verdade o quanto pode desafiá-la”.

Mesmo em 2006, com reformas democráticas que restabeleceram a liberdade de imprensa após a derrocada do governo Suharto, jornalistas denunciaram um hábito remanescente de autocensura. Embora os jornais não tivessem mais medo de serem banidos pelo governo e os jornalistas pudessem escrever sobre temas como direitos humanos e as forças armadas sem medo de retaliações, os repórteres ainda se sentiam controlados e com liberdade limitada. Desta vez, os novos donos dos jornais, empresários com diferentes ambições políticas e econômicas, exerciam pressão nas redações, mantendo a autocensura presente na cultura política e jornalística daquele país (TAPSELL, 2012).

Em *survey* aplicado a 82 jornalistas dos seis maiores jornais indonésios, o pesquisador Hendrato Darudoyo descobriu que 71% dos repórteres diziam que decisões editoriais poderiam ser influenciadas pelos donos dos jornais, mesmo que eles raramente atendessem a reuniões de pauta (DARUDOYO, 2009). Portanto, mesmo após a democratização, a autocensura continuava a vigorar entre jornalistas indonésios, pois o clima de medo e reprimendas não desaparecera das redações.

Na China, o Partido Comunista (PC) também se utiliza da censura institucional para controlar a liberdade de expressão no país e se apropriar do discurso midiático para dominar a disputa por poder (TONG, 2009). Antes dos anos 80, o PC detinha o monopólio da mídia para propagar as políticas partidárias e “educar” o povo (CHAN & QIU, 2002). Com a abertura do país para a economia capitalista de mercado na referida década, a mídia ganhou em liberalização e diversidade, mas ainda permanecia sob o controle da linha editorial partidária. O atual presidente chinês, Xi Jin-Ping, estende o controle para a internet e as mídias sociais.

Sob ameaças de banimento, e recebendo instruções informais, os jornais se tornaram cautelosos ao abordar temas interpretados como ameaça à estabilidade nacional. Críticas ao PC e textos sobre direitos humanos, abusos e manifestações, acidentes e desastres naturais se tornaram tabus. A autocensura dentro das redações limitou a estreito escopo a liberdade dos jornalistas para escrever sobre esses temas (TONG, 2009).

Tong estudou publicações de dois jornais chineses para observar como opera a autocensura: O *Dahe Daily* (DD), com grande circulação e renda de publicidade, conhecido como pioneiro em reportagens críticas na China; e o *Southern Metropolitan Daily* (SMD), considerado pioneiro em reportagens independentes por trabalhos investigativos relacionados a direitos humanos e à área social. O pesquisador fez uma análise de discurso da cobertura que

o DD fez de protestos em Wanzhou em outubro de 2004 e das reportagens do SMD sobre as manifestações de Chizhou em junho e julho de 2005.

A partir da análise de rascunhos dos jornalistas, comparados aos textos finais, Tong pôde delinear estratégias discursivas e retóricas que, sutilmente, traziam significados ideológicos sem alertar os fiscais do governo. Ao mesmo tempo, o pesquisador observou que decisões jornalísticas a respeito da reportagem de informações dependem em grande medida de escolhas no campo da linguística (escolha de palavras) e da estruturação de textos (pirâmide invertida e *lead*). Ao equilibrar esses recursos, os jornais chineses conseguiram deixar implícitas, no discurso, informações que seriam censuradas se abordadas abertamente (TONG, 2009).

A autocensura pode ser uma estratégia para evitar críticas mesmo em países com mais longa tradição democrática, como Dinamarca e França. Editor de cultura do *Jyllands-Posten*, Flemming Rose defendeu, em 2006, a publicação das caricaturas como um ato de desafio contra a crescente autocensura entre artistas e editoras para assuntos relacionados ao Islã. Segundo ele, o silêncio adotado pelos profissionais de humor seria ocasionado pela intimidação imposta por alguns grupos muçulmanos na Europa. Embora as caricaturas tenham causado violência e ofensas, Rose argumentou que, em vez de se calar, o jornal escolheu defender a liberdade de expressão.

Ao estudar o caso, Cook & Heilmann (2013) propuseram os conceitos de autocensura pública e privada. O primeiro termo se refere ao conjunto de reações individuais a um regime de censura público, cujos princípios são internalizados pelos indivíduos. Já o segundo caso seria descrito como:

A supressão por um agente de suas atitudes, onde um censor público é ou ausente ou irrelevante. Autocensura privada é um processo de regulação entre o que um indivíduo considera permissível a expressar publicamente e o que ele deseja expressar publicamente.

Enquanto as atitudes dos jornalistas na Indonésia e na China podem ser enquadradas como autocensura pública, os autores observam mais precisamente as atitudes do *Jyllands-Posten* e concluem que o jornal atuou tanto como um autocensor público quanto um autocensor privado.

Os pesquisadores argumentam que o veículo teria agido de acordo com convicções liberais a respeito da legitimidade dos princípios da liberdade de expressão ao atuar como autocensor público, evitando, por exemplo, divulgar imagens gráficas sobre cadáveres, como prevê a lei dinamarquesa. Já a autocensura privada teria ocorrido quando o jornal discriminou, de forma não justificada, as objeções de fiéis cristãos e muçulmanos em relação aos cartuns que tratavam de suas religiões.

Cook & Heilmann (2013) propõem uma série de perguntas para analisar censura e autocensura em diversos casos. Em primeiro lugar, é prudente diferenciar o censor do censurado. Em seguida, observar como eles interagem um com o outro e cada um consigo mesmo.

A partir dessa reflexão, é possível categorizar um agente autocensor entre público e privado. O autocensor público internaliza alguns aspectos de um censor público (por exemplo, um Estado autoritário) e reproduz a lógica dele ao próprio comportamento. Já o autocensor privado reprime as próprias ações embora o censor público seja ausente ou irrelevante, em um processo de regulação entre o que se deseja e o que se permite expressar publicamente. Assim, o indivíduo pondera o compromisso com as próprias crenças e as preocupações pragmáticas com outros agentes a fim de decidir sobre como se expressar em público (COOK & HEILMANN, 2013).

Na mesma linha, Horton (2011) relaciona a autocensura à restrição da expressão, seja de pensamentos, sentimentos ou crenças, que o indivíduo por algum motivo não deseja que sejam ouvidas. É possível que haja uma entidade institucional de censura que consideraria essas expressões como ameaças à sua autoridade ou ao seu julgamento. O filósofo destaca que não apenas o governo estimula a censura, mas também igrejas, empresas, universidades e outras instituições.

Apesar de o termo censura em geral estar ligado a uma conotação moral negativa, Horton (2011) exemplifica casos de censura justificada, a exemplo daquela que proíbe formas de expressão como racismo, incitação à violência, negação do holocausto ou ridicularização de religiões. Segundo o autor, a autocensura costuma ser uma decisão consciente e deliberada. Ainda assim, é possível que, caso ela seja praticada com suficiente frequência e regularidade, torne-se uma disposição irreflexiva, um hábito, uma tendência natural. O filósofo ainda relaciona o direito de se autocensurar à liberdade de expressão, que deve incluir a liberdade de não expressar.



O direito a permanecer calado também está na base da teoria da espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1974), que diferencia dois conceitos de opinião pública: como racionalidade, instrumental no processo de formação de opiniões e tomada de decisões em uma democracia, faz parte do julgamento social de questões de importância cívica criado a partir de debate; e como controle social, “cujo papel é promover integração social e assegurar que haja um nível suficiente de consenso em que ações e decisões possam ser baseadas” (NOELLE-NEUMANN, 1995).

A teoria parte de cinco suposições fundamentais. Primeiramente, a autora descreve que a sociedade ameaça indivíduos que violarem consensos sociais com a *ameaça de isolamento*. Então, o *medo de isolamento* pressiona os implicados a aderir à conformidade social. Os indivíduos monitoram o ambiente para formar a própria percepção sobre a distribuição e a popularidade de opiniões, além de tendências futuras, por meio de algo chamado *quase-statistical sense*. A partir dessa avaliação do contexto e pressionados diante da possibilidade de isolamento, dois vetores incidem sobre os implicados: a *vontade de expressar* ideias divergentes e a *tendência a permanecer quieto*.

A *espiral do silêncio* ocorre quando a interação entre os fatores descritos anteriormente leva os indivíduos a participar de um processo de formação, mudança e reforço da opinião pública, contexto no qual uma ideia tende a ser apoiada mais expressamente e se tornar dominante, enquanto as demais tendem a cair no esquecimento.

Noelle-Neumann também leva em conta mais três fatores. O *componente moral da opinião pública*, que assegura a aplicabilidade do processo da espiral do silêncio, pois permite provocar em indivíduos a ameaça de isolamento. O fator *tempo* também traz implicações, pois os implicados indagam como o clima de opinião pode mudar no futuro, o que interfere na interação entre a disposição a falar e a tendência a silenciar. Enfim, a autora destaca o *papel da mídia*, pois o processo descrito, para ocorrer, depende de meios de comunicação posicionados no conflito de opiniões.

As reações a essa teoria foram diversas. Glynn et al. (1995) criticam o modelo de Noelle-Neumann por depender da suposição de que os indivíduos estão permanentemente monitorando o ambiente, colhendo uma quantidade suficiente de informações para avaliar precisamente a distribuição e a agregação de opiniões. Kennamer (1990) argumenta que os

indivíduos não temem o isolamento da sociedade como um todo, mas de grupos de referência. Finalmente, Scheufele & Moy (2000) consideram num estudo empírico que não foi possível comprovar experimentalmente se a espiral do silêncio é um fenômeno universal, observado em várias culturas, apesar de ter sido testado em países como Alemanha, no Japão, na Coreia e nos Estados Unidos.

Além de abordar conceitos sobre a opinião pública, o presente trabalho se debruça sobre a relação entre fontes e jornalistas e os conflitos de poder nela implicadas. Em constante negociação, ambas as partes barganham recursos e defendem interesses. Resumidamente, de um lado, os jornalistas controlam a visibilidade, a atenção e o tratamento que cada tema vai receber, atuando como *gatekeepers*; de outro, as fontes controlam o quanto se fornece de informação e, caso sejam poderosas o suficiente, podem validar ou desmentir histórias (SIGAL, 1973; McMANUS, 1994).

Ambos os grupos também têm capacidades distintas de influenciar no agendamento de veículos de comunicação, ou seja, interferir em que assuntos se tornarão pauta e serão tratados pela mídia. Ao mesmo tempo, o relacionamento entre eles interfere no enquadramento dado aos temas agendados, determinando o tom da cobertura e os níveis de extensão, atenção e precisão com que cada assunto é tratado.

Segundo Larsson (2002), há uma variedade de graus de aproximação entre jornalistas e fontes, que podem resultar em diferentes tipos de notícia (documental, promocional, “cão de guarda” e colaborativa). Ambos os atores requerem espaço de manobra para dinamizar o equilíbrio de poder no relacionamento. Este é governado por algumas variáveis, particularmente a confiança e a capacidade de controle que um pode exercer sobre o outro, bem como o reconhecimento da importância do profissionalismo.

Com base no modelo de intercâmbio de Coleman (1990), no jornalismo político, repórteres cultivam bons relacionamentos com fontes tendo como objetivo conseguir informações com exclusividade e relatos de bastidores. Já os políticos buscam se aproximar de repórteres para angariar mais espaço e destaque nas matérias, além de tentar influenciar o conteúdo noticioso em direção às suas preferências.

De acordo com Blumler e Gurevitch (1981), jornalista e político são mutuamente dependentes e se adaptam um ao outro, regulando os próprios comportamentos e controlando

os mecanismos para lidar com conflitos. Além disso, seus papéis sociais são normatizados por uma cultura compartilhada.

Embora composta por dois lados com interesses bem definidos, essa relação é equilibrada? O sociólogo norte-americano Herbert Gans considera que não: “O relacionamento entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, porque as fontes buscam acesso aos jornalistas e os jornalistas buscam acesso às fontes. Embora um tango dependa de dois, tanto as fontes quanto os jornalistas podem guiá-lo. Mas, mais frequentemente, as fontes tomam a liderança” (GANS, 1980).

Os suecos Stömbäck e Nord (2006) frisam que a maior parte da pesquisa empírica feita a respeito do tema converge para maior dominância das fontes na relação com jornalistas. Porém, os autores argumentam que grande parte das amostras pesquisadas se refere principalmente a populações dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Devido a particularidades como os sistemas midiáticos e políticos (HALLIN & MANCINI, 2004), a história e a cultura de cada país (SEMETKO et al. 1991), é provável que as características do equilíbrio ou do desequilíbrio na relação jornalista-fonte mudem de uma nação para outra.

Contudo, os manuais de redação jornalística de grandes veículos de comunicação sugerem uma separação clara entre fontes e repórteres e valorizam a isenção como um dos principais atributos da informação de qualidade. Os princípios editoriais do Grupo Globo (2011) consideram impossível atingir a completa imparcialidade, mas demandam de seus veículos e profissionais um esforço consciente por esse objetivo. Na mesma linha, o manual da Folha de S. Paulo (1996) informa que o veículo se propõe a fazer “um jornalismo crítico, apartidário e pluralista” e “adota uma atitude de independência em face a grupos de poder”, buscando relação de transparência com a opinião pública.

## **2.2. OBJETIVO DA PESQUISA E HIPÓTESES DE TRABALHO**

Esta pesquisa tem como o objetivo descrever a percepção dos jornalistas sobre sua liberdade profissional durante a cobertura do processo de impeachment. Em outras palavras, procura esclarecer se jornalistas consideram que o acirramento político que acompanhou o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff influenciou de alguma maneira a liberdade de imprensa. O estudo não pretende esgotar a questão, desvendando todos os fatores nela envolvidos, mas explorar uma possível causalidade entre a relação de jornalistas com políticos na condição de fontes e a autocensura por parte dos profissionais de imprensa na elaboração de notícias.

Mais especificamente, a pesquisa ambiciona elucidar: primeiramente, se os jornalistas admitem ter o texto final de notícias influenciado por conta de relações com suas fontes; e, em seguida, se explicitam abertamente essa influência na mesma medida em que a assumem com privacidade.

Em outras palavras, o estudo busca compreender se os jornalistas se sentiram pressionados por políticos defensores de um lado ou de outro do impeachment de Dilma Rousseff a omitir informações factuais relevantes, mesmo que isso possa contrariar o princípio da isenção. Embora haja muitas facetas de autocensura, a exemplo da ordem de informações no texto, nível de detalhamento e extensão de aspas, o trabalho restringiu a análise ao cuidado com a inclusão ou omissão de informações.

Ao longo da elaboração deste projeto de pesquisa, foi considerado pesquisar a possível autocensura dos jornalistas enfrentados a linhas editoriais dos veículos de comunicação onde trabalhavam contrárias às preferências de cada profissional. Como o universo de jornalistas que cobrem política em Brasília é relativamente restrito e o desconforto em falar sobre a autocensura dentro redações é consideravelmente maior do que ao tratar de fontes, a pesquisa decidiu se debruçar sobre a possível autocensura dos jornalistas para preservar a qualidade de sua relação profissional com os políticos divididos no embate do impeachment.

A seguir estão as hipóteses a serem testadas pela pesquisa.

*H1: A sensibilidade da declaração de autocensura faz com que os jornalistas evitem admiti-la abertamente e prefiram declará-la num contexto de privacidade oferecido pelo experimento de lista.*

Jornais e leitores valorizam a isenção como forma de preservar a qualidade do conteúdo factual divulgado, o que contribui para criar e reforçar efeito de desejabilidade social sobre discursos a respeito do trabalho jornalístico. Porém, no dia-a-dia da profissão, negociações com políticos podem resultar em prejuízos à imparcialidade em virtude de razões diversas. Assim, espera-se que os jornalistas não se sintam confortáveis para se expressar publicamente a respeito do assunto e assumam posições mais honestas sobre a autocensura na questão de lista do que na questão explícita.

*H2: A autocensura foi maior entre jornalistas mais jovens e menos experientes, cujas relações com os políticos ainda estão se estabelecendo.*

Jornalistas mais jovens e com menos experiência na profissão podem ser mais vulneráveis à autocensura. Repórteres com mais tempo de mercado de trabalho tendem a conhecer melhor os artifícios de que dispõem para lidar com políticos, bem como as técnicas de negociação empregadas pelas fontes. Ademais, provavelmente cultivaram mais extensa e frutífera rede de contatos e consolidaram suas posições em seus empregos. Esses fatores podem fortalecê-los nas negociações com políticos.

## 2.3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou a metodologia dos experimentos de lista, técnica de questionamento indireto que preserva a privacidade do respondente na coleta de dados (GLYNN, 2013; BLAIRE & IMAI, 2012). Apesar de o pesquisador desconhecer respostas individuais, o método permite estimar respostas por agregação e comparar a variação entre médias de resultados nas amostras. Uma delas será exposta ao estímulo escolhido (grupo tratado) ao passo que a outra, não (grupo controle).

O experimento de lista se baseia em apresentar ao respondente um conjunto de afirmativas e perguntar com quantas ele concorda. O pesquisador não está interessado em saber quais sentenças se aplicam ao participante, mas quantas. Em meio a um determinado número de afirmações não-sensíveis, insere-se o item de interesse. A ordem das sentenças na lista foi randomizada, o que significa que os questionários apresentavam as sentenças em diferentes combinações de ordenação.

No presente trabalho, todos os jornalistas foram expostos às seguintes afirmações:

- *A qualidade das minhas matérias foi em geral prejudicada pela carga de trabalho elevada;*
- *Tive fácil acesso a políticos e técnicos importantes no processo durante entrevistas ou conversas informais;*
- *Considero que minha apuração muitas vezes poderia ter recorrido a um número maior de fontes;*
- *Pude realizar uma cobertura com qualidade devido ao planejamento das atividades de cada repórter na minha redação.*

Participantes que receberam o questionário tratado tiveram uma afirmativa adicional:

- *Precisei evitar usar algumas informações para não sofrer críticas por parte dos políticos de um lado ou de outro do processo de impeachment*

Desde que os grupos sejam homogêneos, pode-se estimar que ambos tendem a concordar com, em média, o mesmo número de itens dentre os quatro expostos a todos os

entrevistados. Assim, a diferença observada entre médias de respostas dos grupos controle e tratado será consequência da exposição ao estímulo, sem interferência de possíveis vieses amostrais decorrentes de variadas proporções da população estudada. Ou seja, a diferença entre essas médias é atribuída à concordância com o item sensível (STREB ET AL., 2008).

É preciso tomar alguns cuidados no desenho do experimento de lista para que este de fato proteja a privacidade do participante e permita que ele responda com sinceridade. Em primeiro lugar, é recomendável que todas as afirmativas apresentadas tratem de um mesmo tema, de modo a não explicitar claramente qual é o interesse da pesquisa e evitar o constrangimento. Neste trabalho, o assunto geral do questionário foram dificuldades inerentes ao fazer jornalístico.

Além disso, é importante reduzir a probabilidade de alguém honestamente concordar com todas as sentenças. Chamada efeito de teto (*ceiling effect*), essa vulnerabilidade exporia a marcação do item sensível e possivelmente causaria a sub-notificação do apoio a ele (KUKLINSKI et al., 1997). Assim, é recomendado que algumas afirmativas sejam contraditórias em relação a outras.

Das sentenças elaboradas nesta pesquisa, dificilmente um jornalista concordaria com ambas formadoras dos seguintes pares:

- *A qualidade das minhas matérias foi em geral prejudicada pela carga de trabalho elevada;*

- *Pude realizar uma cobertura com qualidade devido ao planejamento das atividades de cada repórter na minha redação.*

Provavelmente, se houve aumento muito acentuado da carga de trabalho, não houve um bom planejamento na redação. Ao mesmo tempo, se a divisão de atividades foi balanceada com antecedência, dificilmente o repórter ficou sobrecarregado a ponto de perder qualidade em suas matérias.

- *Tive fácil acesso a políticos e técnicos importantes no processo durante entrevistas ou conversas informais;*

- *Considero que minha apuração muitas vezes poderia ter recorrido a um número maior de fontes.*

Neste caso, a contradição está na consulta a fontes. Ter fácil acesso a políticos e técnicos reduz as chances de um repórter sentir que a apuração está incompleta. Ao mesmo tempo, se ele está satisfeito com a consulta a fontes, provavelmente estas foram acessíveis.

Além desse fator, a designação aleatória dos participantes é fundamental para assegurar que as amostras sejam homogêneas. É recomendável checar se os conjuntos não apresentam diferenças estatisticamente relevantes quanto a características consideradas decisivas. Neste caso, o escrutínio dos grupos ocorreu em relação a gênero, mídia (televisão, rádio, jornal impresso ou jornal online), preferências políticas e avaliação de governo, como se verá na seção seguinte.

Uma limitação do experimento de lista apontada por Glynn (2013) é a dependência de amostras numerosas para obter um nível razoável de precisão. Streb et al. (2008) chegaram a resultados estatisticamente significativos ao nível .05 apenas depois de colher 2.056 respostas, em pesquisa relacionada à possível sobrenotificação do apoio de eleitores a uma candidata mulher à presidência dos Estados Unidos. O estudo concluiu que, com privacidade para responder, cerca de 26% do público se declarou “com raiva ou chateados” diante da possibilidade de uma presidenciável do gênero feminino, número de 10% a 20% maior que o indicado por pesquisas convencionais.

Além da questão em lista, os questionários do grupo tratado e do grupo controle do presente trabalho incluíram a seguinte questão aberta como a última pergunta:

*Ao elaborar notícias sobre o processo de impeachment, com que frequência você evitou usar informações para não enfrentar críticas ao seu trabalho por parte dos políticos de um lado ou de outro do impeachment?*  
( ) Nunca ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Sempre

Com esse recurso, é possível comparar a diferença de posicionamento dos respondentes em duas situações: quando possuem privacidade e quando são obrigados a falar abertamente. A variação dessa taxa de respostas indicará se houve sub ou sobrenotificação da opinião de jornalistas sobre a influência da relação com as fontes nas matérias que escreveram.



A pesquisa aplicou questionários a 82 jornalistas que cobrem política em Brasília e atuaram durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Foram entrevistados 30 participantes de jornal impresso, 26 de televisão, 16 de rádio e 10 de veículos *online*.

Decidiu-se excluir profissionais de revistas devido a linhas editoriais mais claramente delimitadas nesses veículos, o que tende a afastar esses jornalistas de um ou outro grupo cindido pelo impeachment. Profissionais de agências de notícias internacionais, como a *Bloomberg* ou a *Reuters*, foram convidadas a participar, mas declinaram por conta de cláusulas restritivas e de sigilo nos contratos dos repórteres.

No início da pesquisa, houve contato com editores de política e outros funcionários da chefia em 16 redações para facilitar as visitas aos locais de trabalho. A intenção inicial era sortear antes de cada entrevista o tipo de questionário designado a cada jornalista e entregá-lo para autopreenchimento. Porém, dificilmente todos os repórteres se encontram na redação ao mesmo tempo e muitos, como os setoristas, sequer passam por lá em um dia normal de trabalho.

Sem a possibilidade logística de a pesquisadora permanecer muito tempo nos diversos escritórios, a opção mais exequível seria entregar ao funcionário em posição de chefia um envelope contendo entre 15 e 20 questionários misturados aleatoriamente, com as versões tratada e controle da bateria de itens. A estudante evitou o formato *online* devido à impossibilidade de um mesmo URL direcionar repórteres por vezes à versão tratada, por vezes à versão controle.

Neste momento, foi preciso decidir sobre um *trade-off* entre aperfeiçoar a aleatorização da designação de questionários e aumentar o número de questionários colhidos. Como a amostra de jornalistas que se encaixavam no perfil procurado já é demasiado pequena para produzir resultados precisos, optou-se por priorizar o componente número da coleta e a estudante aceitou a sugestão, feita por editores, de entregar os questionários em um envelope, que seriam posteriormente distribuídos aos jornalistas.

Houve dificuldades em estimar a taxa de não resposta da pesquisa, porque a pesquisadora não teve controle sobre o número total de jornalistas convidados pelos editores a responder o questionário.

Participaram da pesquisa<sup>1</sup> as sucursais de Brasília das redes de televisão Bandeirantes, Record, SBT, Globo e GloboNews. Da internet, colaboraram repórteres de G1, Agência Brasil, Congresso em Foco e Agência Estado. Os jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Correio Braziliense* também apoiaram o trabalho<sup>2</sup>. Finalmente, contribuíram as rádios CBN e BandNews (profissionais desta última foram convidados por intermédio de funcionário de chefia da TV Bandeirantes).

Além disso, a pesquisadora visitou os comitês de imprensa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e distribuiu questionários a profissionais que ali estavam trabalhando. Nessas ocasiões, foi possível sortear a versão do questionário entregue a cada jornalista. Além disso, profissionais de outros veículos também responderam ao questionário (Jota e Rádio Tupi). Segundo dados da Assessoria de Imprensa do Senado Federal, estavam credenciados 753 jornalistas a trabalhar na Casa enquanto o processo de impeachment lá tramitava. Do total, 552 cadastros eram definitivos e 201 provisórios.

Esse número pode servir de base para estimar o tamanho da população-alvo da pesquisa, mas é preciso ponderá-lo. Nele podem estar inclusos jornalistas que ficam na redação e foram credenciados por precaução; repórteres que não atuam no dia-a-dia da cobertura política; e profissionais de veículos menores, sem tanta influência política e social.

Ademais, um aspecto típico da rotina produtiva da TV chamou atenção. Nesta mídia, a responsabilidade direta pela execução de uma matéria é compartilhada entre uma equipe de produtores e repórteres. Nestes casos, a pesquisa aceitou respostas de ambos.

A coleta de questionários ocorreu de 9 de setembro a 10 de outubro de 2016. Ao todo, foram recolhidos 88, dos quais seis foram descartados por mau preenchimento, totalizando 82 válidos para o estudo. A relação de questionários respondidos por veículo de comunicação está na Tabela 1.

---

<sup>1</sup> É importante salientar que a pesquisa não conclui nada a respeito de nenhum veículo de comunicação específico. Os dados foram analisados por agregação e oferecem apenas resultados relativos ao conjunto de profissionais participantes.

<sup>2</sup> A pesquisadora convidou profissionais d'O Globo para participar do estudo, mas a empresa preferiu declinar a oferta.

*Tabela 1 –Número de questionários respondidos por veículo (Total: 82)*

<b>Veículo</b>	<b>Questionários</b>	<b>Veículo</b>	<b>Questionários</b>
Valor Econômico	10	TV Record	5
CBN	9	Correio Braziliense	4
O Estado de S. Paulo	9	TV Brasília	4
SBT	9	Agência Brasil	2
Folha de S. Paulo	7	G1	2
TV Globo <sup>3</sup>	6	Rádio Tupi	2
BandNews	5	TV Bandeirantes	2
Congresso em Foco	5	Jota	1

Os jornalistas foram convidados a se identificar ao final do questionário para que a autora pudesse tirar dúvidas no caso de mau preenchimento. Foi esclarecido que a pesquisa analisaria os dados apenas em conjunto e que em momento algum a pesquisa divulgaria respostas individuais. Ainda assim, 36 preferiram não citar os próprios nomes.

Apesar do zelo na elaboração dos questionários para assegurar aos respondentes que a pesquisa não tratava de julgar redações como partidárias de um ou de outro discurso hegemônico a respeito do processo de impeachment, houve desconforto por parte de alguns jornalistas em participar da pesquisa. Uma jornalista deixou um recado ao final do questionário dizendo ter sido difícil convencer as pessoas a respondê-lo, pois ele foi considerado uma “arapuca para taxar a redação ou como golpista ou como petista”. Esse tipo de desconfiança corrobora com a tese de que assuntos relacionados à cobertura do impeachment eram tema muito sensível no meio jornalístico durante a realização da pesquisa.

<sup>3</sup> Os respondentes da GloboNews foram contabilizados junto com os da TV Globo.

## 2.4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de assegurar a homogeneidade dos grupos expostos ao questionário controle e ao tratado, a pesquisa aplicou o teste qui-quadrado, para variáveis qualitativas, e o teste t, para variáveis quantitativas. Os procedimentos estatísticos foram realizados por meio do *software* MatLab.

Os grupos foram testados quanto a gênero, idade, avaliações de governo e de conjuntura política e econômica, tempo como jornalista, experiência de cobertura política, tempo no atual emprego, percepção do contexto de acirramento político e percepção da relação de certos políticos com a imprensa. Como pode se observar na Tabela 2, não foram observadas diferenças estatisticamente relevantes entre as amostras quanto a esses quesitos.

*Tabela 2 - Relação de variáveis testadas*

<b>Variável</b>	<b>Controle/Tratado Valor p</b>
1 – Avaliação de conjuntura política (1)	.969
2 – Avaliação de conjuntura econômica (1)	.929
3 – Influência da economia na política (1)	.998
4 – Conj. política após impeachment (1)	.870
5 – Conj. econômica após impeachment (1)	.523
6 – Problema mais grave no Brasil (1)	.412
7.1 – Nota para Eduardo Cunha (2)	.546
7.2 – Nota para Dilma Rousseff (2)	.187
7.3 – Nota para Michel Temer (2)	.895
7.4 – Nota para Renan Calheiros (2)	.866
7.5 – Nota para Luiz Inácio Lula da Silva (2)	.219
7.6 – Nota para Aécio Neves (2)	.671
9 – Idade (2)	.213
10 – Tempo como jornalista (2)	.156
11 – Tempo no jornalismo político (2)	.252
12 – Tempo no atual emprego (2)	.769
13 – Gênero (1)	.719
14 – Avaliação do governo Dilma (1)	.903
15 – Avaliação do governo Temer (1)	.663
16 – Percepção de polarização política (1)	.372
17 – Questão explícita sobre autocensura (1)	.999
18 – Mídia em que trabalha (1)	.998

(1) Valor p para o teste qui-quadrado; (2) valor p para o teste T

Para obter a taxa de resposta ao item sensível na questão de listas, estima-se a diferença entre médias de respostas das amostras, o que é possível visualizar na Tabela 3.

O aumento da média do grupo controle para a média do grupo tratado pode variar de 0 a 1, de acordo com a porcentagem da amostra tratada que concordou com a alternativa sensível. Caso essa variação seja de 0,5, por exemplo, isso significa que metade das pessoas do grupo tratado marcaram o item a mais (STREB et al., 2008). Literatura mais recente sugere outros métodos estatísticos mais precisos para determinar esse número, mas, pela complexidade dos cálculos, a pesquisa optou por usar a diferença entre médias (BLAIR & IMAI, 2012).

*Tabela 3 - Média de autocensura em relação a fontes – amostras tratada e controle*

<b>Q8 – questão de listas</b> (Valores aproximados)	Amostra controle	Amostra tratada	Resposta estimada ao item sensível*
Média de respostas (Desvio padrão)	2,325 (.76)	2,571 (.91)	0,246... $\cong$ 24,6% (0.19)
N	40	42	-
Erro padrão da média	.12	.14	.18

Cálculos assumem variâncias iguais dentro dos grupos.

\* Estimativa da diferença entre médias (tratada e controle).

Observa-se na Tabela 3 que 24,6% dos jornalistas expostos à lista com cinco afirmativas concordaram com o item sensível. Devido ao tamanho relativamente pequeno das amostras analisadas, o erro padrão foi calculado em torno de 18%.

A fim de determinar se essa diferença é estatisticamente significativa ou apenas fruto do acaso, foi aplicado na amostra o teste T. Assim, testa-se a hipótese nula de que as médias de respostas são semelhantes e a possível variação encontrada seja aleatória. Encontrou-se um valor p de 0.1904, o que significa que há 19% de chances de que a alteração no valor seja devida ao acaso.

Esse percentual não é tão baixo que nos permita descartar completamente a hipótese nula, mas baixo o suficiente para, num contexto de pesquisa com pequeno número de participantes, manter a especulação de que a diferença nas respostas se deve à marcação do item sensível (BLAIR & IMAI, 2012)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Considerando que, na amostra controle, a média de respostas foi de 2,325 e o erro padrão, 0,12, podemos inferir que a média de repostas em 95% da população (ou seja, quase todos os jornalistas de política) varia entre os valores 2,085 e 2,565. Já em relação à amostra tratada, cuja média é 2,571 e o erro padrão, 0,14, a média da população submetida ao tratamento pode variar entre 2,291 e 2,851.

Essa incerteza se deve, sobretudo, ao número pequeno da amostra pesquisada (82 jornalistas). Porém, vale lembrar que estamos estudando uma população pequena, com no máximo 500 pessoas. Se considerarmos apenas os jornalistas de política de grandes veículos de comunicação, provavelmente estamos diante de uma população de não mais que 250 indivíduos. Assim, esse contexto não permite produzir amostras grandes o suficiente para diminuir satisfatoriamente o padrão de erro. Este foi o número possível de jornalistas participantes a partir de uma população pequena.

Além disso, dados da Tabela 4 mostram que a pesquisa foi bem-sucedida em evitar o efeito de teto, que poderia prejudicar a sinceridade dos respondentes por expor suas marcações. Em apenas um de 82 casos, no grupo controle, o participante marcou todas as alternativas possíveis.

*Tabela 4 - Frequências de resposta à questão de listas*

<b>Q8</b>	<b>Total</b>	<b>Controle</b>	<b>Tratado</b>
1	11	6	5
2	31	16	15
3	32	17	15
4	8	1	7
5	0	N/A	0
Total	82	40	42

Teste T →  $p = 0.1904$

Ao final do questionário, os participantes também responderam a uma pergunta explícita, redigida de forma similar ao item sensível. Os resultados podem ser observados na tabela 5.

Tabela 5 - Respostas à questão explícita

Q17 <sup>5</sup>	Total em % <sup>6</sup>	Total	Controle (%)	Tratado (%)
Nunca	73,2	60	29 (48,3)	31 (51,6)
Poucas vezes	14,6	12	6 (50)	6 (50)
Algumas vezes	8,5	7	3 (42,8)	4 (57,2)
Muitas vezes	3,7	3	2 (6,6)	1 (3,3)
Sempre	0	0	0 (0)	0 (0)
Total	100	82	40	42

Em condições de privacidade reduzida e sujeitos ao possível efeito da desejabilidade social, cerca de 73,2% dos jornalistas negaram ter se autocensurado ao longo da cobertura do impeachment da ex-presidente Rousseff. A proporção de respostas é muito semelhante nos grupos controle (48,3%) e tratado (51,6%).

Portanto, 26,8% dos profissionais admitiram ter se autocensurado em algum momento do trabalho, a maior parte deles afirmando tê-lo feito poucas vezes. Apenas cerca de 3,7% da amostra disse ter omitido informações muitas vezes durante a cobertura. Os outros 8,5% disseram tê-lo feito algumas vezes, a frequência média entre as alternativas. Ninguém reportou o fenômeno ao longo da cobertura toda (sempre).

Ao contrário do que era esperado, observa-se que as porcentagens de resposta sobre a autocensura, com e sem privacidade, ficaram em patamares próximos (em torno de 25%). Os dados indicam que, em média, um em cada quatro jornalistas assumiu, com e sem privacidade, ter se autocensurado em alguma medida por conta dos políticos de um lado ou de outro do impeachment. A partir dessa coincidência de valores, é possível inferir que as mesmas pessoas que marcaram o item sensível também revelaram, na questão aberta, ter se autocensurado.

Para sustentar essa afirmação, a pesquisa dividiu a amostra total em quatro grupos: 1) jornalistas do grupo controle que assumiram ter se autocensurado; 2) participantes do grupo tratado que assumiram ter se autocensurado; 3) respondentes do grupo controle que negaram ter se autocensurado; e 4) repórteres do grupo tratado que negaram ter se autocensurado.

<sup>5</sup> A questão foi redigida da seguinte maneira: “ao elaborar notícias sobre o processo de impeachment, com que frequência você evitou usar informações para não enfrentar críticas ao seu trabalho por parte dos políticos de um lado ou de outro do impeachment?”.

<sup>6</sup> Valores aproximados.

A partir dessa divisão em quatro grupos, foi possível verificar se os jornalistas que admitiram a autocensura na questão de listas são os mesmos que o fizeram abertamente. A comparação entre médias de respostas está disposta a seguir nas Tabelas 6 e 7.

*Tabela 6 - Média de resposta do item sensível entre os que assumiram ter se autocensurado*

<b>Q8 – questão de listas</b> (Valores aproximados)	Amostra controle	Amostra tratada	Resposta estimada ao item sensível*
Média de respostas (Desvio padrão)	2,09 (.668)	3 (.853)	0,91 = 91%
N	11	11	-
Erro padrão da média	.201	.257	.343

\*Estimativa da diferença entre médias (tratada e controle) na amostra de jornalistas que admitiram ter se autocensurado em relação a fontes

Na Tabela 6, é possível comparar a diferença entre médias de resposta na questão de listas por parte de amostras tratada e controle, entre os jornalistas que assumiram, na questão aberta, ter se autocensurado. Nesse caso, a diferença é de quase um. A partir dessa comparação, é possível inferir que cerca de 91% dos jornalistas expostos ao estímulo marcaram o item sensível além de admitir a autocensura na questão aberta. O valor de p encontrado no teste T é de **0.0152**, o que indica uma diferença estatisticamente significativa, apesar do baixíssimo número de respondentes.

*Tabela 7 - Média de resposta do item sensível entre os que negaram ter se autocensurado*

<b>Q8 – questão de listas</b> (Valores aproximados)	Amostra controle	Amostra tratada	Resposta estimada ao item sensível*
Média de respostas (Desvio padrão)	2,413 (.766)	2,419 (.871)	0,005 = 0,5%
N	29	31	-
Erro padrão da média	.161	.137	.216

\* Estimativa da diferença entre médias (tratada e controle) na amostra de jornalistas que negaram ter se autocensurado em relação a fontes.

Já na Tabela 7, pode-se perceber que, entre os jornalistas que negaram ter se autocensurado na questão aberta, as médias de resposta para a pergunta de listas são praticamente iguais para grupos controle e tratado. Aplicado o teste T, encontrou-se um valor de p de **0.9796**.

Essa dupla comparação mostra que quase a totalidade dos jornalistas que assumiu a autocensura na questão aberta também a admitiu na questão de listas, nos casos em que o item sensível estava incluso nas sentenças.



A partir desses dados, é possível refutar a hipótese 1 e confirmar a hipótese 2. Um em cada quatro jornalistas que cobriu o impeachment omitiu informações para evitar críticas de políticos de um lado ou de outro do processo. Entretanto, o reconhecimento dessa prática de autocensura não constrangeu os profissionais a admiti-la abertamente.

Para além de levantar possíveis explicações para esses valores, a pesquisa procurou entender que características tornam os jornalistas mais suscetíveis a se autocensurar por influência das fontes. Com esta finalidade, o estudo analisou mais profundamente o grupo de jornalistas que responderam à questão aberta admitindo ter se autocensurado. Busca-se aqui testar a hipótese 2, que sugere que jornalistas mais jovens são mais vulneráveis a esta prática.

Assim, os 82 jornalistas foram separados em dois novos grupos; não segundo a exposição ao tratamento, porém segundo a resposta dada para a questão aberta sobre autocensura. Repetiram-se os testes T e qui-quadrado para procurar quais características podem tornar jornalistas mais vulneráveis à autocensura praticada por pressão das fontes.

A única característica em que foi observada uma diferença significativa de respostas entre os grupos é a idade. Os jornalistas que admitiram ter praticado autocensura são mais jovens que aqueles que negaram o fenômeno. É possível observar as frequências de respostas na tabela 8. Com as idades declaradas dos respondentes, executou-se um teste T, cujo valor de p encontrado foi **0.0882**.

*Tabela 8 - Frequências de respostas para a questão 9 (Quantos anos você tem?), entre grupo que admitiu ter se autocensurado e grupo que negou tê-lo feito*

	Total	Admitiu	Negou
<b>Médias (desvio p.)</b>	36.16 (10.24)	32.95(9.53)	37.33(10.24)
<b>Diferença entre médias</b>	4.39	<b>Teste T (valor p)</b>	0.0882

A visualização dessa diferença de respostas pode ser dificultada devido aos tamanhos diferentes das amostras comparadas. É preciso lembrar que o grupo que admitiu a autocensura é composto por 22 pessoas, enquanto o que a negou tem 60 participantes.

Quanto à experiência no jornalismo em geral, houve uma correspondência relativamente pequena entre os grupos. Realizado o teste T, obteve-se um valor p de **0.1999**. Esse número não é pequeno o bastante para confirmar que exista uma relação de significância,

mas pode indicar uma possível característica que aumente a vulnerabilidade de jornalistas à autocensura por pressão de fontes. Ou seja, é possível que, em uma pesquisa com uma amostra maior, seja observado uma vulnerabilidade maior à autocensura entre repórteres menos experientes.

Ademais, não foram observadas diferenças significativas quanto à experiência dos grupos especificamente no jornalismo político. Nesse caso, o resultado p do teste T foi **0.6432**.

Por outro lado, observou-se que a vulnerabilidade do repórter nas negociações com fontes não depende de nenhuma das demais variáveis: nem do tempo no atual emprego, da orientação política, do gênero. Quando submetidas a testes T ou qui-quadrado, essas variáveis apresentaram resultados superiores a 0,4. É possível observar tais resultados na Tabela 9.

A partir disso, é possível perceber que nem a estabilidade do emprego, a correspondência ideológico-política ou o gênero influenciam a relação entre repórter e fonte de tal maneira a favorecer a autocensura.

*Tabela 9 - Resumo das diferenças entre os grupos controle e tratado / que admitiram e negaram autocensura durante a cobertura do impeachment*

<b>Variável</b>	<b>Controle/Tratado Valor p</b>	<b>Admitiu/negou Valor p</b>
1 – Avaliação de conjuntura política (1)	.969	.553
2 – Avaliação de conjuntura econômica (1)	.929	.833
3 – Influência da economia na política (1)	.998	.810
4 – Conj. política após impeachment (1)	.870	.977
5 – Conj. econômica após impeachment (1)	.523	.998
6 – Problema mais grave no Brasil (1)	.412	.870
7.1 – Nota para Eduardo Cunha (2)	.546	.668
7.2 – Nota para Dilma Rousseff (2)	.187	.843
7.3 – Nota para Michel Temer (2)	.895	.503
7.4 – Nota para Renan Calheiros (2)	.866	.460
7.5 – Nota para Luiz Inácio Lula da Silva (2)	.219	.403
7.6 – Nota para Aécio Neves (2)	.671	.433
8 – Questão de lista (2)	.190	.0152 / .979
9 – Idade (2)	.213	<b>.0882</b>
10 – Tempo como jornalista (2)	.156	<b>.200</b>
11 – Tempo no jornalismo político (2)	.252	.643
12 – Tempo no atual emprego (2)	.769	.440
13 – Gênero (1)	.719	.978
14 – Avaliação do governo Dilma (1)	.903	.969
15 – Avaliação do governo Temer (1)	.663	.980
16 – Percepção de polarização política (1)	.372	.354
17 – Questão explícita sobre autocensura (1)	.999	N/A
18 – Mídia em que trabalha (1)	.998	.803

(1) Valor p para o teste qui-quadrado; (2) valor p para o teste T.

Portanto, com base nas informações apresentadas na Tabela 9, a única diferença significativa observada entre os grupos que admitiram e negaram a autocensura está relacionada à idade, sendo os participantes da primeira amostra mais novos que aqueles da segunda. Além disso, é possível que a experiência no jornalismo diminua a vulnerabilidade dos repórteres à autocensura. Aliás, não faz muita diferença se esse tempo de trabalho ocorreu especificamente na editoria de política ou em outras áreas do jornalismo.

Além disso, as demais características são homogêneas entre os grupos e não afetaram a suscetibilidade à autocensura, a exemplo de gênero, avaliação de governo e relevância dada ao impacto do aspecto econômico na realidade política.

### 3. CONCLUSÃO

Se considerarmos (1) que a amostra é representativa da população de interesse, apesar da autosseleção, (2) que o questionário não tem viés e (3) que os jornalistas se sentiram confortáveis para responder o item sensível com privacidade, é possível inferir que entre 24,6% e 26,8% dos jornalistas pesquisados, ou seja, um em cada quatro, praticaram autocensura durante a cobertura do impeachment, motivada por pressões exercidas por políticos de um lado ou de outro do processo.

Primeiramente, é possível perceber que a autocensura não é uma questão sensível no meio jornalístico quando se refere a relações com fontes. Ao contrário do que se imaginava, a taxa de resposta na questão de listas foi semelhante àquela da pergunta explícita. Embora a isenção seja colocada por conglomerados midiáticos como valor desejável na profissão, os jornalistas não se sentiram constrangidos em admitir ter omitido informações para evitar críticas de políticos.

Em seguida, chama atenção o percentual em torno de 25% dos repórteres que admitiram ter se autocensurado. Uma explicação para esse número não ser muito alto é a possibilidade de que, após nove meses de sessão e sete votações no Congresso, as informações e discursos se repetiriam tanto que pouco sobraria de novidade. Ou seja, dificilmente haveria informações obtidas apenas por um jornalista bem conectado a uma fonte política. Assim, com a maior parte das informações *out in the open*, as fontes perderiam poder de barganha sobre os jornalistas, que não seriam penalizados por contrariar as expectativas de suas fontes e estariam menos sujeitos à autocensura motivada por elas.

Além disso, o grupo que se sujeitou à autocensura por pressões de fontes, composto por cerca de um quarto do total, difere em alguns aspectos do restante da amostra: os jornalistas mais vulneráveis à autocensura são mais novos. Além disso, a pesquisa encontrou possíveis indicativos de que o tempo menor no mercado de trabalho e a menor experiência no jornalismo aumentem a suscetibilidade à autocensura motivada por fontes.

Por outro lado, a suscetibilidade do repórter ao poder de barganha das fontes não depende: da área de atuação em que ele mais trabalhou (política, economia, cidades etc); do tempo no atual emprego; da orientação política; nem do gênero.

Os resultados sugerem que, conforme os jornalistas ficam mais velhos e agregam mais experiência trabalhando na profissão, diminui a vulnerabilidade deles em relação a pressões de fontes partidárias de um ou de outro discurso hegemônico referente a uma questão política de interesse nacional. Por outro lado, talvez por serem mais experientes, é mais indesejável socialmente que admitam a prática de autocensura por temerem suas fontes.

Embora a presente pesquisa tenha optado por mensurar a autocensura de jornalistas em relação a fontes, estudos futuros podem investigar a autocensura para evitar críticas dentro das redações. Esse mecanismo pode ser utilizado para lidar com a política editorial do veículo ou com visões e expectativas de superiores hierárquicos, fenômeno motivado por medo de o jornalista enfrentar restrições na carreira ou até mesmo desemprego.

Com a precarização das relações de trabalho nas redações brasileiras, os jornalistas podem se sentir permanentemente pressionados a não desafiar discursos hegemônicos dentro de redações. É possível que a tecnologia diminua cada vez mais a necessidade de profissionais de imprensa para realizar o mesmo trabalho, que jornalistas mais experientes (e com altos salários) percam vagas para profissionais mais jovens e que contratos de trabalho predominem em regimes de terceirização, substituindo os do regime estabelecido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Nesse cenário, é possível que os jornalistas se autocensurem em maior frequência para evitar críticas dentro das redações do que por medo de pressões de políticos e outras fontes de informação. O interesse por expandir a pesquisa para esse tipo de autocensura foi corroborado por depoimentos de alguns jornalistas participantes do presente estudo.

Seis respondentes relataram informalmente à pesquisadora que a pressão pela autocensura vem muito mais dos superiores hierárquicos e das diretrizes editoriais escolhidas pelos donos dos veículos do que de políticos ou outras fontes. Uma delas foi além e disse que até mesmo seus superiores hierárquicos tendem a apenas cumprir ordens e evitar questionamentos ideológicos ou políticos.

Finalmente, é preciso ressaltar que a pesquisa se debruçou sobre a relação entre fontes e jornalistas em período de intensa polarização de opiniões políticas no país. Portanto, é possível que esse contexto de acirramento nacional seja uma variável ligada à autocensura. Este trabalho não permite concluir nem que a autocensura seja dependente da polarização

política, nem independente. Porém, fornece elementos para incentivar essa discussão. Estudos futuros podem comparar percentuais de autocensura entre coberturas políticas com diferentes níveis de apelo pela polarização política, a fim de explorar uma possível relação com a autocensura.

Vista como um processo em permanente aperfeiçoamento, a democracia requer atenção às instituições, aos procedimentos e aos atores que a compõem. Ao investigar a relação entre jornalistas e políticos em um contexto de polarização de opiniões, este trabalho pretende ajudar a compreender o comportamento dos repórteres e a influência das fontes na cobertura política diária de eventos de relevância nacional, fatores diretamente relacionados ao exercício de direitos civis como o de informar e ser informado.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alkazemi, M. F. Wanta, W. 2015 “Kuwaiti political cartoons during the Arab Spring: Agenda-setting and self-censorship”.

Bezerra, F. 2016. “Sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, destinada a discussão e votação do parecer nº 726/2016 que instrui a denúncia de suposto crime de responsabilidade atribuído à Presidente da República Dilma Rousseff”. Plenário do Senado Federal, 2016.

Blair, G. Imai, K. 2012. “Statistical Analysis of List Experiments”. *Political Analysis*, 77, 20-47.

Blumler, J. G. Gurevitch, M. 1981. “Politicians and the Press. An essay on role relationships”, in: Nimmo and Sanders (Eds), *Handbook of Political Communication*, London: Sage.

Coleman, James S. 1990. “Foundations of Social Theory”, Cambridge MA:Belknap Press.

Cook, P. Heilmann, C. 2013. “Two types of self-censorship: public and private”. *Political studies*, 61, 178-196.

Darudoyo, H. 2009. “Editorial dependence”. *Inside Indonesia* 95, January–March.

Dias, A. 2016. “Sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, destinada a discussão e votação do parecer nº 726/2016 que instrui a denúncia de suposto crime de responsabilidade atribuído à Presidente da República Dilma Rousseff”. Plenário do Senado Federal, 2016.

Flood, C. Hutchings, S. Miazhevich, G. Nickels, H. 2011. “Between impartiality and ideology – the BBC’s paradoxical remit and the case of Islam-related television news”. *Journalism Studies*, 12:2, 221-238.

Glynn, A. N. 2013. "What can we learn with statistical truth serum? Design and analysis of the list experiment". *Public Opinion Quarterly*, nº 77, p. 159-172.

Haacke, V. A. R. Goveia, F. G. 2016. “A Comissão do Impeachment na rede: o histórico das narrativas políticas sobre o impedimento de Dilma Rousseff no Twitter”. Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Caruaru.

Hallin, D. C. & Mancini, P. 2004. “Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics”. New York: Cambridge University Press.

Hayes, A. F. Glynn, C. F. Shanahan, J. 2005. “Willingness to self-censor: a construct and measurement tool for public opinion research”. *International Journal of Public Opinion Research*, 17, 3.

Horton, J. 2011. “Self-censorship”. *Springer Science+Business Media*.

Kenamer, J. D. 1990. “Self-serving biases in perceiving the opinions of others”, *Communication Research*, 17, 393-404.

- Knudsen, Tim. 2003. "The Danish Path to Democracy". *2nd ECPR General Conference*, Marburg. Section 20: Historical Sociology of the State. Panel 20-3: Comparative Democratization in Scandinavia, 1848-1921.
- Kuklinski, J. H. Cobb, M. Gilens, M. 1997. "Racial attitudes and the 'New South'". *The Journal of Politics*, v. 59, i.2, p.323-349. Urbana, IL.
- Kwon, K. H. Moon, S. Stefanone, M. A. 2014. "Unspeakable on Facebook? Testing network effects on self-censorship of political expressions in social network sites". *Springer Science+Business Media*.
- Larsson, L. 2002. "Journalists and politicians: a relationship requiring manoeuvring space". *Journalism Studies*, 3:1, 21-22.
- Lewis, J., Williams A., Franklin B. 2008. "A compromised fourth Estate?". *Journalism Studies*, 9:1, 1-20.
- Lisboa, S. S. M. 2012. "Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência".
- Marinho, R., Marinho, J. R., Marinho, J. R. "Princípios editoriais do Grupo Globo". Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> Último acesso em: 20/11/2016.
- McManus, J. H. 1994. "Market-Driven Journalism. Let the Citizen Beware?" Thousand Oaks, CA: Sage.
- Noelle-Neumann, E. 1974. "The spiral of silence: a theory of public opinion", *Journal of Communication*, 24, 43-51.
- Noelle-Neumann, E. 1995. "Public opinion and rationality. In Glasser, T. L., & Salmon, C. T. (eds.) *Public Opinion and the Communication of Consent*, New York, Guilford, pp. 33-54.
- NOVO Manual da Redação. São Paulo: 1996. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm) Último acesso em: 20/11/2016.
- Pimentel Jr., J. 2015. "Impeachment, oposição e autoritarismo – o perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo". *Em Debate*, v.7, n.2, 15-22. Belo Horizonte.
- Scheufele, D. A. Moy, P. 2000. "Twenty-five years of the spiral of silence: a conceptual review and empirical outlook", *International Journal of Public Opinion Research*, 12, 1, 3-28.
- Semetko, H. Blumler, J. G. Gurevitch, M. & Weaver D. H. 1991. "The Formation of Campaign Agendas: A Comparative Analysis of Party and Media Roles in Recent American and British Elections". Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum
- Sigal, L. V. 1973. "Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking". Lexington, MA: D.C. Heath.



Stömbäck, J. Nord, L. W. 2006. "Do politicians lead the Tango?". *European Journal of Communication*, 21, 147-164.

Streb, M.J., B. Burrell, B. Frederick, e M.A. Genovese. 2008. "Social Desirability Effects and Support for a Female American President." *Public Opinion Quarterly* 72(1):76.

Tapsell, R. 2012. "Old tricks in a New Era: self-censorship in Indonesian Journalism". *Asian Studies Review*, 36, 227-245.

Tong, J. 2009. "Press self-censorship in China: a case study in the transformation of discourse", *Discourse & Society*, 20, 593-612.

Turgeon, M., Chaves, B.S. e Wives, W.W. 2014. "Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira". *Opinião Pública*, volume 20, número 3. Campinas.

## 5. Apêndices

### 5.1. Questionário<sup>7</sup>

Q1) Como você avalia a atual conjuntura política do Brasil?

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima
- ☐ Não sei responder

Q2) E a atual conjuntura econômica do Brasil, como você avaliaria?

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima
- ☐ Não sei responder

Q3) Na sua opinião, qual é a influência do cenário político na conjuntura econômica brasileira?

- ☐ Muito influente
- ☐ Moderadamente influente
- ☐ Pouco influente
- ☐ Nada influente
- ☐ Não sei responder

Q4) A partir de agora, você acredita que a conjuntura política do país será melhor, igual ou pior do que a que vivemos até o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff?

- ☐ Melhor
- ☐ Igual
- ☐ Pior
- ☐ Não sei responder

Q5) E a conjuntura econômica, você acha que será melhor, igual, ou pior?

- ☐ Melhor
- ☐ Igual
- ☐ Pior
- ☐ Não sei responder

---

<sup>7</sup> A única diferença da versão controle para a tratada é a inclusão da sentença sensível no rol de afirmativas da Questão 8. Neste anexo, tal frase foi colorida em vermelho. Nos questionários entregues aos jornalistas, não houve destaque gráfico ou de qualquer espécie para este item.

Q6) Ainda sobre a conjuntura nacional, qual dos seguintes problemas você acredita que seja o mais grave para o país, atualmente?

- ( ) Segurança/Violência
- ( ) Desemprego
- ( ) Educação
- ( ) Corrupção
- ( ) Gestão da economia
- ( ) Saúde
- ( ) Inflação
- ( ) Crise política

Q7) De 0 a 10, que nota você daria para o relacionamento dos seguintes políticos com os jornalistas durante a cobertura do impeachment? Dê nota mais próxima de 0 para um relacionamento, em geral, ruim e difícil e nota mais próxima de 10 para um relacionamento, em geral, bom e fácil.

- a. Eduardo Cunha: \_\_\_\_\_
- b. Dilma Rousseff: \_\_\_\_\_
- c. Michel Temer: \_\_\_\_\_
- d. Renan Calheiros: \_\_\_\_\_
- e. Luiz Inácio Lula da Silva: \_\_\_\_\_
- f. Aécio Neves: \_\_\_\_\_

Q8) Sobre a cobertura do impeachment, anote por favor com quantas frases abaixo você concorda. Não precisa dizer com quais você concorda, apenas com quantas.

- A qualidade das minhas matérias foi em geral prejudicada pela carga de trabalho elevada
- Tive fácil acesso a políticos e técnicos importantes no processo durante entrevistas ou conversas informais
- **Precisei evitar usar algumas informações para não sofrer críticas por parte dos políticos de um lado ou de outro do processo de impeachment**
- Considero que minha apuração muitas vezes poderia ter recorrido a um número maior de fontes
- Pude realizar uma cobertura com qualidade devido ao planejamento das atividades de cada repórter na minha redação

Número de afirmativas com as quais concorda: \_\_\_\_\_

Q9) Quantos anos você tem? Anote aqui: \_\_\_\_\_

Q10) Há quantos anos você trabalha como jornalista? Anote aqui: \_\_\_\_\_

Q11) E há quantos anos você trabalha com jornalismo político?

Anote aqui: \_\_\_\_\_

Q12) Finalmente, há quantos anos você trabalha no seu atual emprego?

Anote aqui: \_\_\_\_\_

Q13) Qual é o seu gênero?

☐ Feminino ☐ Masculino

Q14) Pessoalmente, como você avalia o governo Dilma Rousseff?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo

☐ Não sei responder

Q15) E qual é sua avaliação do governo Michel Temer até o momento?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo

☐ Não sei responder

Q16) Como você definiria o contexto do embate entre as fontes que você consultou durante a cobertura do impeachment?

☐ Mobilizado e dividido em relação ao impeachment

☐ Mobilizado e majoritariamente favorável ao impeachment

☐ Mobilizado e majoritariamente contrário ao impeachment

☐ Desmobilizado em relação ao impeachment

Q17) Ao elaborar notícias sobre o processo de impeachment, com que frequência você evitou usar informações para não enfrentar críticas ao seu trabalho por parte dos políticos de um lado ou de outro do impeachment?

☐ Nunca

☐ Poucas vezes

☐ Algumas vezes

☐ Muitas vezes

☐ Sempre

Q18) Por favor, escreva abaixo seu nome e o veículo em que você trabalha.

Lembrando que não haverá, em nenhuma hipótese, identificação do nome dos jornalistas entrevistados na monografia. As respostas serão sempre analisadas em conjunto.

Resposta: \_\_\_\_\_

Muito obrigada por colaborar com a pesquisa!

Sua participação é muito importante.

## **5.2. Frequências de respostas para cada pergunta, dividida por amostra: controle e tratada.**

Q1) Como você avalia a atual conjuntura política do Brasil?

Q1	Total	Controle	Tratado
Ótimo, bom, regular	6	2	4
Ruim	38	20	18
Péssimo	37	17	20
Não sei	1	1	0
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.969$

Q2) E a atual conjuntura econômica do Brasil, como você avaliaria?

Q2	Total	Controle	Tratado
Ótimo, bom, regular	7	3	4
Ruim	48	26	22
Péssimo	27	11	16
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.9293$

Q3) Na sua opinião, qual é a influência do cenário político na conjuntura econômica brasileira?

Q3	Total	Controle	Tratado
Muito influente	71	34	37
Moderadamente infl.	10	5	5
Pouco influente	0	0	0
Nada influente	0	0	0
Não sei	1	1	0
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.998$

Q4) A partir de agora, você acredita que a conjuntura política do país será melhor, igual ou pior do que a que vivemos até o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff?

Q4	Total	Controle	Tratado
Melhor	25	12	13
Igual	31	14	17
Pior	15	6	9
Não sei	11	8	3
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.8702$

Q5) E a conjuntura econômica, você acha que será melhor, igual, ou pior?

Q5	Total	Controle	Tratado
----	-------	----------	---------

Melhor	37	14	23
Igual	27	14	13
Pior	8	6	2
Não sei	10	6	4
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado →  $p = 0.5238$

Q6) Ainda sobre a conjuntura nacional, qual dos seguintes problemas você acredita que seja o mais grave para o país, atualmente?

Q6	Total	Controle	Tratado
Corrupção, crise política, inflação, desemprego, gestão econômica	58	26	32
	16	11	5
Outras respostas (segurança/violência, educação, saúde)	74	37	37
Total*			

Teste qui-quadrado →  $p = 0,412$

\* Oito do total de 82 participantes marcaram mais de um item para a questão.  
Tais respostas foram desconsideradas para esta análise.

Q7) De 0 a 10, que nota você daria para o relacionamento dos seguintes políticos com os jornalistas durante a cobertura do impeachment? Dê nota mais próxima de 0 para um

relacionamento, em geral, ruim e difícil e nota mais próxima de 10 para um relacionamento, em geral, bom e fácil.<sup>8</sup>

<b>Q7 – médias de resposta</b> (valores aproximados)	Total	Controle	Tratado	Teste T (valor p)
Eduardo Cunha	6,487 N = 78	6,297 N = 37	6,658 N = 41	0.546
Dilma Rousseff	3,423 N = 78	3,052 N = 38	3,775 N = 40	0.187
Michel Temer	4,766 N = 77	4,729 N = 37	4,8 N = 40	0.895
Renan Calheiros	6,371 N = 78	6,324 N = 37	6,414 N = 41	0.866
Luiz Inácio Lula da Silva	3,144 N = 76	3,472 N = 36	2,85 N = 40	0.219
Aécio Neves	5,822 N = 79	5,947 N = 38	5,707 N = 41	0.671

Q8) Sobre a cobertura do impeachment, anote por favor com quantas frases abaixo você concorda. Não precisa dizer com quais você concorda, apenas com quantas.

<b>Q8</b>	Total	Controle	Tratado
1	11	6	5
2	31	16	15
3	32	17	15
4	8	1	7
5	0	N/A	0
Total	82	40	42

Teste T → p = 0.1904

Média amostra C: 2,325  
Média amostra T: 2,57

Desvio padrão amostra C: 0,75  
Desvio padrão amostra T: 0,90

Q9) Quantos anos você tem?

<sup>8</sup> Alguns jornalistas tiveram dúvidas para responder a essa questão. Uns compreenderam que deveriam responder de acordo com a experiência pessoal com o político, outros, segundo a relação de políticos com a imprensa em geral. Este resultado deve ser lido com cautela.

<b>Q9</b>	Total	Controle	Tratado
22 a 30	29	13	16
31 a 35	17	13	4
36 a 40	12	7	5
41 a 45	11	2	9
46 a 50	3	2	1
51 a 55	5	2	3
56+	5	1	4
Total	82	40	42

Teste T  $\rightarrow p = 0.2129$

Média amostra C: 34,7

Desvio padrão amostra C: 7,95

Média amostra T: 37,55

Desvio padrão amostra T: 11,85

Q10) Há quantos anos você trabalha como jornalista?

<b>Q10</b>	Total	Controle	Tratado
1 a 5	21	9	12
6 a 10	16	9	7
11 a 15	14	10	4
16 a 20	14	7	7
21 a 25	6	2	4
26 a 30	2	1	1
31 a 35	4	2	2
36+	5	0	5
Total	82	40	42

Teste T  $\rightarrow p = 0.1566$

Média amostra C: 12,4

Desvio padrão amostra C: 8,03

Média amostra T: 15,64

Desvio padrão amostra T: 11,80

Q11) E há quantos anos você trabalha com jornalismo político?

<b>Q11</b>	Total	Controle	Tratado
1 a 5	30	14	16
6 a 10	24	13	11
11 a 15	10	7	3
16 a 20	8	3	5
21 a 25	2	0	2
26 a 30	4	0	4
31 a 35	1	1	0
Não resp.	3	2	1
Total	82	40	42

Teste T  $\rightarrow p = 0.2518$

Média amostra C: 5

Desvio padrão amostra C: 5,34

Média amostra T: 5,25

Desvio padrão amostra T: 5,14

Q12) Finalmente, há quantos anos você trabalha no seu atual emprego?



<b>Q12</b>	Total	Controle	Tratado
1 a 5	50	23	27
6 a 10	19	10	9
11 a 15	6	4	2
16 a 20	6	3	3
21 a 25	0	0	0
26 a 31	1	0	1
Total	82	40	42

Teste T  $\rightarrow p = 0.7691$

Média amostra C: 6,66

Desvio padrão amostra C: 8,03

Média amostra T: 7

Desvio padrão amostra T: 9,40

Q13) Qual é o seu gênero?

<b>Q13</b>	Total	Controle	Tratado
Feminino	34	14	20
Masculino	48	26	22
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0,719$

Q14) Pessoalmente, como você avalia o governo Dilma Rousseff?

<b>Q14</b>	Total	Controle	Tratado
Ótimo, bom, regular	29	17	12
Ruim	37	16	21
Péssimo	14	7	7
Não sei	2	0	2
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.903$

Q15) E qual é sua avaliação do governo Michel Temer até o momento?

<b>Q15</b>	Total	Controle	Tratado
Ótimo, bom, regular	30	13	17
Ruim, péssimo	46	22	24
Não sei	6	5	1
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.663$

Q16) Como você definiria o contexto do embate entre as fontes que você consultou durante a cobertura do impeachment?

<b>Q16</b>	Total	Controle	Tratado
Mobilizado e dividido em relação ao impeachment	44	17	27
Mobilizado e majoritariamente favorável ao impeachment	36	21	15
Mobilizado e majoritariamente contrário ao impeachment	0	0	0
Desmobilizado em relação ao impeachment	2	2	0
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado →  $p = 0.372$

Q17) Ao elaborar notícias sobre o processo de impeachment, com que frequência você evitou usar informações para não enfrentar críticas ao seu trabalho por parte dos políticos de um lado ou de outro do impeachment?<sup>9</sup>

<b>Q17</b>	Total	Controle	Tratado
Nunca	60	29	31
Poucas, algumas, muitas vezes, sempre	22	11	11
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado →  $p = 0.999$

Teste de *goodness of fit* por veículo de comunicação:

<b>Veículo</b>	Total	Controle	Tratado
TV	26	14	12
Rádio	16	7	9
Online	10	4	6
Impresso	30	15	15
Total	82	40	42

Teste qui-quadrado →  $p = 0.998$

<sup>9</sup> Esta pergunta apresenta a sentença sensível na forma de uma questão explícita, que o participante deve responder sem privacidade.

### 5.3. Frequências de respostas para cada pergunta, dividida entre os que assumiram a autocensura e os que a negaram:

Cerca de 25% de jornalistas **assumiram ter se autocensurado (AC)** e 75%, **negaram tê-lo feito (NEG)**.

Q1) Como você avalia a atual conjuntura política do Brasil?

Q1	Total	Admitiram	Negaram
Ótimo, bom, regular	6	1	5
Ruim	38	7	31
Péssimo	37	14	23
Não sei	1	0	1
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.553$

Q2) E a atual conjuntura econômica do Brasil, como você avaliaria?

Q2	Total	Admitiram	Negaram
Ótimo, bom, regular, ruim <sup>10</sup>	55	13	42
Péssimo	27	9	18
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.833$

Q3) Na sua opinião, qual é a influência do cenário político na conjuntura econômica brasileira?

Q3	Total	Admitiram	Negaram
Muito influente	71	18	53
Moderadamente infl.	10	4	6
Pouco influente	0	0	0
Nada influente	0	0	0
Não sei	1	0	1
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.8099$

<sup>10</sup> Ao consolidar apenas as frequências das avaliações ótimo, bom e regular, o total não passava de 7, e mais de 10% dos dados eram menores do que 5. Optou-se por juntar esses números com aqueles da categoria ruim, que correspondem a cerca de 87% das 55 respostas totais.

Q4) A partir de agora, você acredita que a conjuntura política do país será melhor, igual ou pior do que a que vivemos até o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff?

<b>Q4</b>	Total	Admitiram	Negaram
Melhor, igual	56	15	41
Pior	15	5	10
Não sei	11	2	9
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.977$

Q5) E a conjuntura econômica, você acha que será melhor, igual, ou pior?

<b>Q5</b>	Total	Admitiram	Negaram
Melhor	37	9	28
Igual, pior	35	10	25
Não sei	10	3	7
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.998$

Q6) Ainda sobre a conjuntura nacional, qual dos seguintes problemas você acredita que seja o mais grave para o país, atualmente?

<b>Q6</b>	Total	Admitiram	Negaram
Corrupção, crise política, inflação, desemprego, gestão da economia	58	17	41
Segurança/violência, educação, saúde	16	3	13
Total <sup>11</sup>	74	20	54

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.870$

<sup>11</sup> Oito do total de 82 participantes marcaram mais de um item para a questão. Tais respostas foram desconsideradas para esta análise.

Q7) De 0 a 10, que nota você daria para o relacionamento dos seguintes políticos com os jornalistas durante a cobertura do impeachment? Dê nota mais próxima de 0 para um relacionamento, em geral, ruim e difícil e nota mais próxima de 10 para um relacionamento, em geral, bom e fácil.<sup>12</sup>

<b>Q7 – médias de resposta</b> (valores aproximados)	Total	Admitiram	Negaram	Teste T (valor p)
Eduardo Cunha	6,487 <i>N</i> = 78	6,285 <i>N</i> = 57	6,561 <i>N</i> = 21	0,668
Dilma Rousseff	3,423 <i>N</i> = 78	3,333 <i>N</i> = 57	3,456 <i>N</i> = 21	0,843
Michel Temer	4,766 <i>N</i> = 77	4,476 <i>N</i> = 56	4,875 <i>N</i> = 21	0,503
Renan Calheiros	6,371 <i>N</i> = 78	6,047 <i>N</i> = 57	6,491 <i>N</i> = 21	0,46
Luiz Inácio Lula da Silva	3,144 <i>N</i> = 76	3,5 <i>N</i> = 56	3,018 <i>N</i> = 20	0,403
Aécio Neves	5,822 <i>N</i> = 79	6,190 <i>N</i> = 58	5,689 <i>N</i> = 21	0,433

Q8) Sobre a cobertura do impeachment, anote por favor com quantas frases abaixo você concorda. Não precisa dizer com quais você concorda, apenas com quantas.

<b>Q8</b>	Total	Ad - C	Ad - T	Neg - C	Neg - T
1	11	2	1	4	4
2	31	6	1	10	14
3	32	3	6	14	9
4	8	0	3	1	4
5	0	-	0	-	0
Total	82	11	11	29	31

<sup>12</sup> Alguns jornalistas tiveram dúvidas para responder a essa questão. Uns compreenderam que deveriam responder de acordo com a experiência pessoal com o político, outros, segundo a relação de políticos com a imprensa em geral. Este resultado deve ser lido com cautela.

*Média de resposta do item sensível entre os que assumiram ter se autocensurado*

<b>Q8</b> – questão de listas (Valores aproximados)	Amostra controle	Amostra tratada	Resposta estimada ao item sensível <sup>13</sup>
Média de respostas (Desvio padrão)	2,09 (.668)	3 (.853)	0,91 = 91%
N	11	11	-
Erro padrão da média	.201	.257	.343

Teste T → valor p = 0,015

*Média de resposta do item sensível entre os que negaram ter se autocensurado*

<b>Q8</b> – questão de listas (Valores aproximados)	Amostra controle	Amostra tratada	Resposta estimada ao item sensível <sup>14</sup>
Média de respostas (Desvio padrão)	2,413 (.766)	2,419 (.871)	0,005 = 0,5%
N	29	31	-
Erro padrão da média	.161	.137	.216

Teste T → valor p = 0,979

**Q9) Quantos anos você tem?**

<b>Q9</b>	Total	Admitiram	Negaram
22 a 30	29	12	17
31 a 35	17	3	14
36 a 40	12	3	9
41 a 45	11	2	9
46 a 50	3	0	3
51 a 55	5	1	4
56+	5	1	4
Total	82	22	60

Teste T → p = 0.0882

Média AC = 32.954

Média NEG = 37.333

Desvio padrão AC = 9.527

Desvio padrão NEG = 10.238

<sup>13</sup> Estimativa da diferença entre médias (tratada e controle) na amostra de jornalistas que admitiram ter se autocensurado em relação a fontes.

<sup>14</sup> Estimativa da diferença entre médias (tratada e controle) na amostra de jornalistas que negaram ter se autocensurado em relação a fontes.

Q10) Há quantos anos você trabalha como jornalista?

<b>Q10</b>	Total	Admitiram	Negaram
1 a 5	21	9	12
6 a 10	16	5	11
11 a 15	14	2	12
16 a 20	14	3	11
21 a 25	6	1	5
26 a 30	2	0	2
31 a 35	5	0	5
36+	4	2	2
Total	82	22	60

Teste T →  $p = 0.1999$

Média AC = 11.636

Desvio padrão AC = 9.660

Média NEG = 14.95

Desvio padrão NEG = 10.338

Q11) E há quantos anos você trabalha com jornalismo político?

<b>Q11</b>	Total	Admitiram	Negaram
1 a 5	30	11	19
6 a 10	24	5	19
11 a 15	10	2	8
16 a 20	8	2	6
21 a 25	2	0	2
26 a 30	4	1	3
31 a 35	1	1	0
Não resp.	3	0	3
Total	82	22	60

Teste T →  $p = 0.6432$

Média AC = 8.818

Desvio padrão AC = 9.247

Média NEG = 9.946

Desvio padrão NEG = 7.637

Q12) Finalmente, há quantos anos você trabalha no seu atual emprego?

<b>Q12</b>	Total	Admitiram	Negaram
1 a 5	50	12	38
6 a 10	19	7	12
11 a 15	6	3	3
16 a 20	6	0	6
21 a 25	0	0	0
26 a 31	1	0	1
Total	82	22	60

Teste T  $\rightarrow p = 0.4402$

Média AC = 5.242

Desvio padrão AC = 4.574

Média NEG = 6.498

Desvio padrão NEG = 5.988

Q13) Qual é o seu gênero?

<b>Q13</b>	Total	Admitiram	Negaram
Feminino	34	10	24
Masculino	48	12	36
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.978$

Q14) Pessoalmente, como você avalia o governo Dilma Rousseff?

<b>Q14</b>	Total	Admitiram	Negaram
Ótimo, bom, regular	29	7	22
Ruim	37	12	25
Péssimo	14	3	11
Não sei	2	0	2
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.969$

Q15) E qual é sua avaliação do governo Michel Temer até o momento?

<b>Q15</b>	Total	Admitiram	Negaram
Ótimo, bom, regular	30	9	21
Ruim, péssimo	46	12	34
Não sei	6	1	5
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.980$



Q16) Como você definiria o contexto do embate entre as fontes que você consultou durante a cobertura do impeachment?

Q16	Total	Admitiram	Negaram
Mobilizado e dividido	44	8	36
Mobilizado e mais favorável	36	13	23
Mobilizado e mais desfavorável	0	0	0
Desmobilizado	2	1	1
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.3537$

Q17) Ao elaborar notícias sobre o processo de impeachment, com que frequência você evitou usar informações para não enfrentar críticas ao seu trabalho por parte dos políticos de um lado ou de outro do impeachment?

Q17	Total	Admitiram	Negaram
Nunca	60	0	60
Poucas	12	12	0
Algumas	7	7	0
Muitas	3	3	0
Sempre	0	0	0
Total	82	22	60

*Não faz sentido testar a semelhança das curvas de resposta para esta pergunta porque a divisão dos grupos no Anexo 3 se baseia justamente em como os participantes responderam a essa questão.*

Teste de *goodness of fit* por veículo de comunicação:

Veículo	Total	Admitiram	Negaram
TV	26	6	20
Rádio	16	5	11
Online	10	5	5
Impresso	30	6	24
Total	82	22	60

Teste qui-quadrado  $\rightarrow p = 0.8030$